

## CARTA PELA SUSTENTABILIDADE HÍDRICA DAS BACIAS PCJ

### SANTA BARBARA D'OESTE – 2026

Os representantes das Prefeituras Municipais e Empresas Associadas ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), organismos gestores, entidades do sistema de gestão da água, representantes das secretarias municipais e serviços de água, entre outros participantes da 98ª Reunião Ordinária do Consórcio PCJ, realizada no Centro de Estudo e Cultura Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Santa Barbara D'Oeste/SP, no dia 17 de março de 2026, após diálogo e avaliação das realidades e desafios do Gerenciamento dos Recursos Hídricos, Saneamento e Meio Ambiente, deliberam pela manifestação, através do presente documento, sobre a relevância do planejamento, articulação e fomento de práticas sustentáveis de infraestrutura hídrica que garantam a sustentabilidade das Bacias PCJ frente à incidência das mudanças climáticas, através da sensibilização e multiplicação de medidas estruturais e não estruturais, dentre as quais se destacam a disponibilidade de água, o combate às perdas hídricas em sistemas públicos de abastecimento e as garantias de vazão pela renovação da outorga do Sistema Cantareira, conforme abaixo:

#### **Considerando que:**

- O Consórcio PCJ é uma Associação Civil de direito privado sem fins lucrativos, composta por 43 prefeituras e 26 grandes empresas da região das Bacias PCJ, tendo como principal finalidade a preservação dos recursos hídricos e mananciais de sua área de abrangência;
- Com a finalidade de planejar, fomentar e sensibilizar, o Consórcio PCJ é considerado referência Nacional e Internacional para assuntos relacionados ao Gerenciamento dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente;
- Ao longo de sua história, o Consórcio PCJ teve atuação decisiva para a criação de um grande pacto regional pelas águas, contribuindo para que a região das Bacias PCJ se tornasse um modelo de gestão em recursos hídricos, sendo um dos principais articuladores na criação e implementação de Políticas de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, tendo como destaque a Estadual-SP (Lei nº 7.663/91) e a Nacional (Lei nº 9.433/97), entre outras;
- O Consórcio PCJ também atuou, de forma pioneira, na criação e implantação de Comitês de Bacias Hidrográficas, de Agência de Águas e de Cobrança Voluntária pelo Uso da Água, contribuindo com a estruturação do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e implementação de seus instrumentos de gestão que permitiram o avanço de 3% para 85% no índice de tratamento de esgotos urbanos, favorecendo a recuperação dos recursos hídricos das Bacias PCJ;
- O Consórcio PCJ implantou e coordenou programas de Educação Ambiental e Proteção aos Mananciais, que proporcionaram a capacitação e sensibilização de mais de 150 mil alunos por ano e o plantio ciliar de mais de 5 milhões de mudas nativas ao longo das Bacias PCJ, assim como a produção anual de centenas de mudas através de parcerias com viveiros municipais e capacitação de pessoas através do curso de produção de mudas em viveiros florestais;

- O Consórcio PCJ é membro das Redes Internacional, Latino-americana e Brasil de Organismos de Bacia (RIOB, RELOB e REBOB) e do Conselho Mundial da Água (WWC), fato que permite estar sempre atento aos debates sobre a atual crise hídrica mundial e sobre os impactos que as mudanças climáticas vem provocando nos sistemas de armazenamento e abastecimento de água, principalmente na região sudeste do Brasil.
- As mudanças climáticas configuram-se como uma ameaça à disponibilidade hídrica dos municípios brasileiros, podendo causar severos impactos econômicos ao setor industrial, agrícola e urbano, prejudicando o seu desenvolvimento.
- Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/ONU), 402 bacias hidrográficas ao redor do mundo apresentam diminuição em seus fluxos de água, devido às mudanças climáticas e à agricultura intensiva.
- Ainda de acordo com a ONU, lagos e outros corpos de água superficiais estão encolhendo ou desaparecendo completamente em 364 bacias hidrográficas devido às mudanças climáticas.
- No Brasil, segundo a estudos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), aponta que as principais bacias hidrográficas brasileiras podem sofrer com a redução de 40% na disponibilidade de água até 2040.
- Existe a eminente necessidade de implementação de políticas públicas de gestão integral e efetiva dos recursos hídricos nos municípios brasileiros, nos termos de segurança hídrica, alimentar, sanitária e de governança da água.
- O uso consciente e estratégico da água torna-se cada vez mais importante atualmente, principalmente em grandes centros urbanos e em regiões hidrográficas que necessitam de uma crescente demanda por água e muitas vezes compartilham de um mesmo manancial.
- Segundo o Plano das Bacias PCJ 2020-2035, a dinâmica demográfica das Bacias PCJ apontam para uma taxa de crescimento da população superior à do Estado de São Paulo, alavancada pelo crescimento urbano e industrial.
- Os principais mananciais da região das Bacias PCJ caracterizam-se pela baixa disponibilidade hídrica, tendo seu potencial de oferta hídrica prejudicado principalmente durante os períodos de estiagem.
- O potencial de recursos hídricos superficiais das Bacias PCJ não está, em sua totalidade, à disposição para uso na própria Bacia, pois uma parcela substancial é revertida, através do Sistema Cantareira, para abastecimento da Bacia do Alto Tietê e Região Metropolitana de São Paulo.
- Através de projeções para cenários de demanda máxima e mínima de água na região das Bacias PCJ, observa-se um aumento significativo estimado em cerca de 30% até 2035, o que corresponde a um acréscimo aproximado no horizonte de planejamento de mais 8,95 m<sup>3</sup>/s na demanda por água, segundo o Plano das Bacias PCJ 2020–2035.

- O crescimento contínuo da demanda por água nos setores urbano, industrial e agrícola nas Bacias PCJ, associado à manutenção de níveis relativamente constantes de disponibilidade hídrica, indica uma tendência de redução contínua e progressiva da quantidade e qualidade de água disponível por habitante, passando de 1.055 m<sup>3</sup>/hab·ano, em 2011, para 927,4 m<sup>3</sup>/hab·ano, em 2023.
- O engajamento e preocupação do Consórcio PCJ com as mudanças climáticas em curso e seus impactos à gestão de recursos hídricos devido ao aumento da ocorrência de eventos hidrológicos extremos, evidenciados por vários importantes organismos internacionais, tais como: a Organização das Nações Unidas, o Conselho Mundial da Água, as Redes Internacionais de Organismos de Bacias, a Organização Meteorológica Mundial, entre outras.

### **Resolve:**

- Propor reflexão junto aos Prefeitos Municipais e representantes das Empresas Associadas, secretários e gestores em geral presentes na 98ª Reunião Ordinária do Consórcio PCJ, realizada no Município de Santa Barbara D'Oeste/SP, sobre os efeitos das mudanças climáticas e eventos extremos no comportamento hidrológico das regiões.
- Recomendar a adoção de ações de planejamento e articulação institucional em âmbito regional voltadas à ampliação da disponibilidade hídrica, e à garantia de vazões para as Bacias PCJ, especialmente no contexto da futura renovação da outorga do Sistema Cantareira.
- Recomendar o fortalecimento do planejamento integrado entre os municípios das Bacias PCJ, com a adoção de instrumentos de gestão que promovam a segurança hídrica regional, considerando cenários de crescimento populacional, desenvolvimento econômico e os impactos das mudanças climáticas sobre a disponibilidade de água.
- Recomendar a elaboração ou atualização de Planos Municipais de Recursos Hídricos prevendo em seu horizonte de planejamento ações de mitigação de impactos das mudanças climáticas à disponibilidade de água, envolvendo a gestão participativa entre os usuários (setor público, industrial e rural).
- Sugerir a criação de um índice de risco hídrico urbano, de caráter obrigatório, como instrumento de ordenamento territorial, visando compatibilizar o crescimento urbano com a disponibilidade hídrica local e prevenir pressões insustentáveis sobre os recursos disponíveis.
- Recomendar a institucionalização de uma política permanente de cultura da água, com foco na educação hídrica nas redes de ensino e na formação de gestores públicos, incorporando o tema de forma transversal às políticas públicas, com vistas a influenciar padrões de consumo, qualificar a tomada de decisão na gestão pública e reduzir vulnerabilidades associadas à escassez e aos eventos hidrológicos extremos.
- Recomendar a implementação de política pública para mensuração e transparência da pegada hídrica urbana (“água invisível”), mediante programas de monitoramento do uso indireto da água nos setores industrial, alimentício e no consumo urbano. Recomenda-se a incorporação do critério em compras públicas e licitações, com exigência de declaração de pegada hídrica, ainda que estimada, como instrumento de indução, associada ao fomento de adesões voluntárias, termos de cooperação e selos municipais.

- Recomendar a ampliação da capacidade de reservação e incentivar o reúso de água em setores como indústrias (circuito fechado) e saneamento, bem como o uso de tecnologias mais eficientes de gotejamento na irrigação, promovendo maior resiliência a períodos de estiagem e segurança operacional dos sistemas urbanos, industriais e rurais.
- Recomendar que os municípios intensifiquem ações voltadas à redução das perdas de água nos sistemas públicos de abastecimento, por meio da modernização da infraestrutura, setorização das redes, controle de pressões e ampliação de programas permanentes de monitoramento e manutenção, tendo como objetivo o atendimento da meta de índice máximo de perdas de 20%.
- Sugerir a implementação de estratégias voltadas à ampliação e diversificação das fontes de abastecimento, incluindo o aproveitamento de mananciais locais, o incentivo ao reúso de água e a adoção de soluções baseadas na natureza que contribuam para a conservação e recuperação dos recursos hídricos.
- Fortalecer ações de proteção e recuperação de mananciais e áreas de recarga, garantindo qualidade e quantidade de água para abastecimento, além de preservar ecossistemas estratégicos para a sustentabilidade hídrica regional.
- Recomendar a institucionalização de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) no meio urbano, com adoção do conceito de “cidade esponja” como diretriz de planejamento territorial, mediante sua incorporação ao Plano Diretor e legislações correlatas, prevendo dispositivos normativos para implantação de infraestrutura verde, com vistas à ampliação da infiltração, retenção e regulação do escoamento superficial, mitigação de eventos hidrológicos extremos e incremento da recarga hídrica.
- Sugerir que as ações sobre água e saneamento se balizem a partir das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU, de modo particular o ODS 6 – Água e Saneamento, que visa garantir a disponibilidade e a gestão sustentável dos recursos hídricos para todos.
- Recomendar que os municípios, em articulação com os órgãos gestores de recursos hídricos e com as instituições do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos das Bacias PCJ apoiem e priorizem a implementação dos reservatórios regionais de regularização de vazões previstos no Plano das Bacias PCJ 2020/2035, reconhecendo sua importância estratégica para ampliação da disponibilidade hídrica e garantia do abastecimento público regional.
- Recomendar que sejam priorizadas as ações institucionais, técnicas e financeiras necessárias à implantação das barragens de Pedreira, Duas Pontes e Piraí, consideradas estruturantes e estratégicas para a segurança hídrica das Bacias PCJ, em razão de sua capacidade de ampliar a regularização de vazões e fortalecer o atendimento das demandas atuais e futuras de abastecimento.
- Evidenciar a necessidade de que a implantação dos reservatórios regionais de Pedreira, Duas Pontes e Piraí nas Bacias PCJ seja acompanhada do desenvolvimento de sistemas integrados de adução e distribuição de água, como o Sistema Adutor Regional das Bacias PCJ (SAR-PCJ), de forma a possibilitar a ampliação do atendimento hídrico a municípios que não serão diretamente beneficiados pelos barramentos, promovendo maior equilíbrio regional na oferta de água respeitando-se os interesses do uso coletivo regional.

- Destacar que, apesar do ganho hídrico proporcionado pela implementação das barragens regionais, a criticidade de algumas áreas de contribuição das Bacias PCJ permanece elevada. Isso ocorre pois embora esses reservatórios regionais aumentem em cerca de 10 m<sup>3</sup>/s a disponibilidade hídrica das Bacias PCJ, as projeções de demanda total agrícola, industrial e urbana indicam um acréscimo de 8,95 m<sup>3</sup>/s, praticamente equivalente ao incremento de vazão proporcionado pelos reservatórios novos.
- Evidenciar que, mesmo com a construção das barragens de Pedreira, Duas Pontes e do Piraiá, como reservatórios regionais estratégicos e necessários para minimizar os impactos do estresse hídrico da região, as Bacias PCJ ainda apresentarão dependência hídrica em relação às vazões já regularizadas e outorgadas pelo Sistema Cantareira.
- Recomendar que o planejamento e a futura operação dos reservatórios regionais considerem sua integração com sistemas existentes, como o Sistema Cantareira, de modo a otimizar a regularização de vazões e garantir, no mínimo, a permanência das vazões já outorgadas, ao ampliar a resiliência hídrica regional e beneficiar o maior número possível de municípios das Bacias PCJ, especialmente em períodos de estiagem, contemplando também sua função de amortecimento de cheias, com vistas à redução de riscos associados a eventos hidrológicos extremos.
- Recomendar a ampliação e a modernização da interligação entre os sistemas metropolitanos de abastecimento da Bacia do Alto Tietê, de modo a otimizar a distribuição de água, aumentar a resiliência operacional e reduzir perdas por falhas locais ou estiagens prolongadas.
- Recomendar a elaboração de estudos e projetos abordando fontes alternativas de água a fim de diversificar a matriz hídrica da Região Metropolitana de São Paulo, tais como o uso da Represa Billings e a dessalinização de água do mar, com o objetivo de reduzir a dependência de mananciais internos, como o Sistema Cantareira, ampliar a segurança do abastecimento regional em períodos críticos, melhorando o equilíbrio entre oferta e demanda na Grande São Paulo.
- Recomendar o fortalecimento da articulação institucional entre municípios, comitês de bacia, órgãos gestores e demais entidades do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, visando à implementação coordenada de ações estruturais e não estruturais para a gestão sustentável da água nas Bacias PCJ.
- Destacar a importância de acompanhamento e participação ativa dos municípios e instituições regionais das Bacias PCJ no processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira, de forma a assegurar condições operacionais mínimas que garantam vazões adequadas para o equilíbrio das demandas e segurança hídrica para as Bacias PCJ.
- Enfatizar que investimentos em obras e ações de segurança hídrica nas Bacias PCJ, como os reservatórios regionais e a garantia da permanência mínima das vazões já outorgadas pelo Sistema Cantareira, são de fundamental importância para o equilíbrio econômico não só das Bacias PCJ, mas sim, de todo o Estado de São Paulo, tendo em vista que as Bacias PCJ já abrigam aproximadamente 6 milhões de habitantes, com atividades econômicas e industriais que correspondem a 14% do PIB do Estado de São Paulo e até 7% do PIB Nacional, ao destacar-se com um dos maiores polos tecnológicos, industriais e de consumo da América Latina, além de integrar as Regiões Metropolitanas de Campinas, Piracicaba e Jundiaí.

Santa Barbara D'Oeste/SP, 17 de março de 2026

**Secretaria Executiva  
Consórcio PCJ**